

Campanha Global pela Educação

Documento informativo sobre as áreas prioritárias de enfoque estabelecidas pelo Plano Estratégico 2023-2027

Educação de Qualidade sobre Mudanças Climáticas

1. Contexto

Os desastres causados pelas mudanças climáticas continuam a aumentar. Só no ano de 2018, os desastres afectaram 68,5 milhões de pessoas no mundo, com uma mortalidade estimada em mais de 11.000 pessoas, e geraram perdas de US\$ 132 bilhões¹. O custo económico associado aos desastres aumentou 14 vezes desde a década de 1950².

As secas estão a tornarem-se mais longas e extremas em todo o mundo. As tempestades tropicais estão a ficar mais severas devido às temperaturas mais quentes da água do oceano, e as emergências estão a tornarem-se mais frequentes, como os ciclones Idai e Freddy na África, o ciclone Amphan na Índia, as ondas de calor mortais na Índia, Paquistão e Europa, as inundações no Sudeste da Ásia, América do Norte e Central e as fortes tempestades no Vietnã. Os incêndios florestais destruíram mais de 2 milhões de hectares da floresta amazónica e milhões de pessoas já perderam as suas casas, os meios de subsistência e entes queridos devido a eventos climáticos extremos, mais perigosos e frequentes.

A evidência é esmagadora e os resultados são devastadores:

- O número de desastres relacionados ao clima triplicou nos últimos 30 anos.
- Entre 2006 e 2016, a taxa de elevação global do nível do mar foi 2,5 vezes mais rápida do que durante quase todo o século XX.
- A mudança climática afasta mais de 20 milhões de pessoas por ano das suas casas.
- O Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente estima que a adaptação às mudanças climáticas e a administração dos danos custarão aos países em desenvolvimento US\$ 140-300 bilhões por ano até 2030³.

¹ <https://www.redalyc.org/journal/3579/357965431002/html/>

² <http://portal.amelica.org/ameli/journal/18/184002/html/>

³ <https://www.oxfam.org/en/5-natural-disasters-beg-climate-action>

- Onde há dados disponíveis, 93% dos países mais vulneráveis à crise climática estão com dívidas sobrecarregadas ou em risco significativo de não ter condições de pagar a dívida⁴.

A mudança climática é um problema global complexo porque está interligado com muitas outras questões, como o desenvolvimento económico e a redução da pobreza⁵. A mudança climática afecta todas as pessoas e todos os ambientes, mas afecta desproporcionalmente os países que menos contribuíram para a crise climática e aqueles que estão social, económica e politicamente mais distantes⁶”.

As mudanças climáticas têm um impacto directo na educação. Os principais impactos das mudanças climáticas na educação decorrem dos efeitos de fenómenos meteorológicos extremos, tais como fortes chuvas acompanhadas de inundações repentinas, ventos fortes e tempestades de granizo com consequências a curto e longo prazo. A seca e o aumento das temperaturas levam a colheitas fracas e à escassez de alimentos, o que tem impactos negativos no nível de escolaridade. Os fenómenos climáticos extremos reduzem a disponibilidade de água potável, comprometem o saneamento e aumentam a incidência de doenças relacionadas com o clima, como a malária e as doenças diarreicas, levando ao absentismo e ao possível afastamento das crianças da escola.

Além dos impactos primários, as mudanças climáticas também têm impactos secundários na educação, decorrentes da forma como os lares familiares respondem ou escolhem enfrentar e adaptar-se às mudanças climáticas, conforme evidenciado pelas actividades dos membros dos lares familiares com suplementação de renda, pela migração e casamento infantil⁷. Aumentou a vulnerabilidade das comunidades e, em particular, dos sistemas educativos, aos quais impôs custos exorbitantes. Devido ao aumento da temperatura global e aos danos causados pelo vento e pela subida do nível do mar, as mudanças climáticas também colocaram em perigo as infra-estruturas escolares e comunitárias, incluindo arquivos e bibliotecas, grandes repositórios de conhecimento, cultura e história⁸.

É evidente que a educação desempenha um papel determinante na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como na recuperação, reabilitação e reconstrução após desastres⁹. A educação sobre as Mudanças Climáticas é fundamental para que as pessoas compreendam e abordem os impactos da crise climática, capacitando-as com os conhecimentos,

⁴ ActionAid. The vicious cycle. Connections between the debt crisis and climate crises. Johannesburg, 2023.

⁵ UNESCO Climate Change Initiative. Climate Change Education for Sustainable Development. Paris, 2010.

⁶ UNFPA. <https://www.unfpa.org/publications/our-words-voices-women-african-descent-reproductive-and-climate-justice>

⁷ Vicente Aylwin, Stefani Betroni and Karlos Castilla. Impactos del cambio climático en los derechos humanos. Institut de Drets Humans de Catalunya. Barcelona, 2023, p. 65

⁸ UNICEF. UNICEF. It is Getting Hot. Call for education systems to respond to the climate crisis. Perspectives from East Asia and the Pacific. 2019. East Asia and Pacific Regional Office-Bangkok, pp.6-7.

⁹ Torralba, Alanah. Teach for the Planet. An Education Unionist’s Guide to Climate Education Advocacy. Education International Toolkit. Brussels, 2021.

competências, valores e atitudes necessárias para agirem como agentes de mudança¹⁰, e este papel está cada vez mais presente nos fóruns globais, graças em grande parte da implementação do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres. No entanto, também é verdade que alguns modelos de educação, especialmente, mas não só, os ocidentais, podem ser bastante prejudicial quando apoiam um tipo de currículo em que formas de consumo individualistas e excessivas são validadas e estimuladas, agravando assim as causas das mudanças climáticas¹¹.

A lei internacional dos direitos humanos reconhece a necessidade de abordar a educação em emergências, que inclui desastres causados pela mudança climática.

Alguns dos principais instrumentos que estabelecem as obrigações do Estado relativas à educação em emergências são: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 26), Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (art. 18), Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (art. 13 e 14), Convenção sobre os Direitos da Criança (art. 22, 28, 29, 38, 39), Convenção n.º 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (art. 26 a 31), Convenção sobre os Direitos das Pessoas portadoras de Deficiência (art. 24), Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e o Quadro de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030.

Este quadro legal, que não é exaustivo, mas muito relevante, é complementado pelas orientações técnico-políticas estabelecidas pela Rede Inter-institucional para a Educação em Emergências (INEE) e pelo Quadro de Acção de Incheon, que chama atenção directa para garantir a equidade e a inclusão para e através da educação, e superar todas as formas de exclusão e marginalização, que inclui emergências (parágrafos 13 e 26).

O Acordo de Paris de 2015 é considerado significativamente ser o mais importante tratado multilateral sobre mudanças climáticas. Quase 200 países ratificaram este documento histórico, tornando-o juridicamente vinculativo. O seu objectivo é limitar o aumento da temperatura global em 2 graus e prosseguir os esforços em limitar até 1,5 graus¹².

O Artigo 12 do Acordo de Paris autoriza que as partes promovam a conscientização pública sobre as mudanças climáticas e a acção climática. Em particular, pede às nações que “melhorem a educação climática, o treinamento, a conscientização pública, a participação pública e o acesso público à informação” como forma de aumentar as acções implementadas conforme os acordos.

A conscientização, resposta e mitigação das mudanças climáticas devem ser fundamentadas na solidariedade das pessoas, implícita na ideia de justiça climática, que “vincula os direitos humanos e o desenvolvimento para alcançar uma abordagem centrada no ser humano,

¹⁰ Mary Robinson Foundation. The Geography of Climate Justice. 2011. Sheffield

¹¹ <https://climatetrade.com/which-countries-are-the-worlds-biggest-carbon-polluters/>

¹² <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/34580968.pdf>

salvaguardar os direitos dos mais vulneráveis e compartilhar os ónus e benefícios das mudanças climáticas e sua resolução de forma equitativa e justa¹³”.

2. O Plano Estratégico da CGE (2023-2027)

Com o mundo a caminho de romper os compromissos do acordo de Paris e manter o aquecimento global abaixo de +1,5°C, acções urgentes designadas para retardar a progressão e mitigar o impacto da crise climática, devem estar no centro dos esforços políticos da CGE. O sector educacional tem uma profunda responsabilidade de utilizar o potencial transformador da educação na busca de alunos para ajudar no desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis e inclusivas. A defesa de uma educação de qualidade sobre as mudanças climáticas é, portanto, uma prioridade transversal no Plano Estratégico da CGE. Acreditamos que os educadores precisam receber treinamento e recursos adequados para integrar o clima e a sustentabilidade no ensino e na aprendizagem, e incluir uma ênfase na aprendizagem contínua e oportunidades de adquirir competências destinadas a apoiar o número crescente de alunos em transição de empregos não sustentáveis para empregos mais ecológicos. Os alunos não devem apenas alcançar a formação climática quando concluírem sua educação, mas também desfrutar de um ambiente educacional de apoio que encoraje as suas atitudes e acções transformadoras para ecossistemas sustentáveis e saudáveis.

Nossos pedidos aos governos e tomadores de decisão em todos os níveis incluem:

- Garantir investimentos suficientes e acesso equitativo à Educação de Qualidade sobre Mudanças Climáticas (QCCE) para todos os alunos, em todos os sectores e níveis de educação.
- Facilitar a capacitação e treinamento para educadores adquirirem as habilidades e conhecimentos para implementar o QCCE.
- Promover o pensamento crítico, o envolvimento cívico e uma abordagem multicultural que reconheça o conhecimento indígena dentro dos currículos QCCE.
- Cultivar uma compreensão da injustiça climática que abranja a contribuição desigual dos países que causam a mudança climática e o sistema desigual e insustentável de produção, e o consumo que a perpetua.
- Garantir que a autonomia profissional e a liberdade académica dos professores, além dos funcionários de ensino superior, sejam protegidas e garantidas quando ensinar QCCE baseado em ciências.
- Garantir que os impactos das mudanças climáticas não impeçam que as crianças e os jovens desfrutem dos seus direitos à educação de qualidade.

¹³ Mary Robinson Foundation. The Geography of Climate Justice. 2011. Sheffield

- Advogar para que os países o qual são os maiores poluidores contribuam proporcionalmente às suas acções para o financiamento de investimentos no sector da educação para uma Educação de Qualidade sobre as Mudanças Climáticas.

3. Desafios críticos

Sabemos que as mudanças climáticas afectam todas as pessoas e todos os ambientes. É evidente que, entre as causas negativas da mudança climática, o desenvolvimento industrial indiferente aos seus efeitos ambientais é uma das mais contra produtivas. A China, por exemplo, gera cerca de 30% de todas as emissões globais, enquanto os Estados Unidos são responsáveis por quase 14%, a Índia, com 2.654 milhões de toneladas de CO₂, a Rússia, com 1.711 milhões de toneladas, o Japão, 1.162 milhões de toneladas e a Alemanha, 759 milhões toneladas. Estes seis principais países poluidores não conseguirão atingir a neutralidade de carbono apenas ao reduzir suas emissões domésticas. Eles precisarão compensar grande parte da sua emissão de carbono nos mercados internacionais de carbono¹⁴.

Os principais responsáveis pela poluição global são obrigados não apenas a reduzir suas emissões de carbono, mas também a compensar sua emissão de carbono, e apoiar iniciativas ambientais globais, com as quais todos os países, comunidades e indivíduos devem ter compromisso.

As iniciativas ambientais globais devem incluir ajuda financeira para o desenvolvimento, conforme o Quadro de Acção de Incheon e a Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda¹⁵. Esta ajuda é fundamental para responder às crises no Sul Global e é uma responsabilidade partilhada com os governos dos países industrializados, especialmente quando estes fazem o compromisso de aumentar a eficácia da ajuda para enfrentar situações complexas associadas ao subdesenvolvimento, e harmonizar a ajuda humanitária e a ajuda para reduzir pobreza e desigualdade. O Fundo para Perdas e Danos nos Países Vulneráveis deve ser operacionalizado urgentemente como parte do compromisso dos Estados em catalisar a assistência económica e técnica aos países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

A resposta humanitária às catástrofes relacionadas com as mudanças climáticas, não deve ser adiada porque muitos casos de emergências, induzidas pelas mudanças climáticas, têm uma origem complexa que não é apenas atribuída aos países que sofrem delas mesmas, pelo que a resposta às crises deve ser holística sendo essencial para a manutenção dos ecossistemas e garantia dos direitos humanos.

Uma educação baseada em direitos humanos habilita as sociedades para prevenir e gerenciar os riscos associados às crises climáticas através das pedagogias designadas para fortalecer a

¹⁴ <https://climatetrade.com/which-countries-are-the-worlds-biggest-carbon-polluters/>

¹⁵ <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/34580968.pdf>

resiliência e responder à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Consequentemente, a resposta humanitária não deve ser concentrada exclusivamente em fornecer alimentos e abrigo às pessoas, mas também na criação de capacitações de resiliência, na compreensão dos contextos locais, nacionais e globais em que ocorrem as emergências e, assim, contribuir para estabelecer culturas de paz e ter as condições para responder proativamente ao desenvolvimento sustentável. Esta abordagem educacional tem urgência em ser promovida dentro dos principais países poluidores, embora certamente deva ser uma prioridade global também, para a qual a UNESCO promove o Programa de Educação em Mudanças Climáticas para o Desenvolvimento Sustentável¹⁶.

Este programa usa abordagens educacionais inovadoras para ajudar um público variado (com foco particular nos jovens) a entender, abordar, mitigar e ter adaptação aos impactos das mudanças climáticas, incentivar as mudanças de atitudes e comportamentos necessários para colocar o nosso mundo num caminho de desenvolvimento mais sustentável e construir uma nova geração de cidadãos conscientes das mudanças climáticas.

4. Próximos passos

A CGE é responsável por mobilizar a sociedade civil para a inclusão da educação climática nos planos nacionais de acção climática, reunindo as melhores práticas sobre como ensinar ciências e história, entre outras disciplinas. O objectivo é modelar a educação climática dentro da abordagem da “escola como organização” bem como identificar lacunas nos modelos pedagógicos convencionais onde o conhecimento indígena e os paradigmas orientados para o aluno devem ser incluídos¹⁷.

Estas acções devem ser acompanhadas por demandas políticas para acabar com todas as formas de poluição ambiental e causas industriais associadas, especialmente aquelas ligadas à exploração de recursos naturais, comércio não sustentável e degradação ambiental.

O direito a uma educação ambientalmente responsável deve ser reivindicado no contexto de outras acções que levem a uma mudança de estilo de vida, que promove padrões de desenvolvimento e sustentabilidade baseados no cuidado, na comunidade e na cooperação¹⁸.

¹⁶ Unesco Climate Change Initiative. Climate Change Education for Sustainable Development. Paris, 2010.

¹⁷ Torralba, Alanah, op cit, p.17

¹⁸ Cf. COP27